

## ADVOGADOS

## Baixa agressiva de preços é 'suicídio'

Contra a tendência de *dumping* no sector, a **Morais Leitão** adapta-se à crise no mercado interno, "partilhando o risco com os clientes" e dando gás às parcerias em Angola, Moçambique, Brasil e Macau

Não depender do Estado, para a **Morais Leitão**, Galvão Teles, Soares da Silva e Associados (MLGTS), é mais do que uma estratégia. Faz parte do seu ADN.

"Há muitas sociedades que florescem e encolhem em função das oscilações políticas, de estarem mais ou menos próximas do poder", comenta João Soares da Silva, presidente do Conselho de Administração (com funções não executivas) do escritório, frisando que "a faturação ao Estado e ao sector público é marginal, à volta de 1% a 2%".

Foram já vários os advogados da **Morais Leitão** que chegaram a ministros, como a atual titular da pasta da Agricultura, Conceição Cristas, o que, garantem os sócios João Soares da Silva e Nuno Galvão Teles — também administrador e *managing partner* da sociedade —, nunca impediu o separar das águas. "Não temos nenhum caso na sua área de tutela, o que temos é uma ação fortíssima contra o Ministério da Agricultura por causa da taxa alimentar", menciona Soares da Silva, esclarecendo que Cristas era apenas consultora para a expansão da área internacional. "Tentámos

sempre ao máximo que não houvesse ligações entre a advocacia e o poder político. Esta forma de estar faz parte da génese da sociedade", acrescenta Nuno Galvão Teles.

O importante numa sociedade de advogados, salientam ambos, é a qualidade jurídica, onde os escritórios portugueses ganham músculo nos últimos anos. "Hoje, a sofisticação ao nível da prestação de serviços em áreas

#### Portugal ganhou a sofisticação necessária para competir com o domínio da lei inglesa

como a financeira ou fusões e aquisições, por exemplo, é da melhor do mundo. Demorou alguns anos a alcançar, mas agora permite-nos enfrentar a crise no sector de forma diferente", refere Galvão Teles.

Quando, na primeira onda de privatizações, na década de 80, Portugal se abriu ao mundo, houve várias sociedades de advogados estrangeiras envolvidas nas operações. Hoje, salvo raras exceções, são os advogados portugueses que lideram as opera-

ções", adverte o advogado. "Conseguiu-se impor a credibilidade da lei e dos tribunais portugueses contra o domínio da lei inglesa, o que evidencia um grau de sofisticação, que é louvável e que não existe em muitos sectores de atividade".

Outra porta que a **Morais Leitão** faz questão de ter fechada é o recurso "a políticas de *dumping* e de baixa de preços agressivas". "Está a acontecer no mercado e é um ato coletivo de suicídio, que não paga o esforço e qualidade da advocacia portuguesa", critica Galvão Teles.

Para dar a volta à crise, o escritório optou por "estar ao lado dos clientes nos tempos bons, mas também nos maus momentos", explica Soares da Silva, concretizando que há uma partilha do risco com os clientes. "Sofremos com os clientes e ajustamos os preços nos projetos em que não somos bem-sucedidos". É gratificante, garantem os dois sócios. "Somos reconhecidos por isso, os nossos grandes clientes estão connosco há muitos anos e, neste momento, temos mais de 3 mil processos abertos", afirma João Soares da Silva, dando conta da dimensão da carteira de

clientes, embora não cite nomes. EDP, BCP, Sonae, Sonaecom, Santander, BES, Impresa, Jerónimo Martins, Pão de Açúcar e Inapa são algumas das grandes empresas nacionais que se sabe serem assessoradas pela **Morais Leitão**.

#### Pés na terra e olhos noutros voos

Embora a atividade desenvolvida em Portugal seja a prioridade do escritório — que integra nos seus quadros 170 advogados —, no terreno está em curso um plano de internacionalização, sobretudo nos países de expressão portuguesa, como Angola e Moçambique e também Brasil e Macau — através da rede MLGTS Legal Circle.

No caso dos dois países africanos, a **Morais Leitão** tem dois escritórios afiliados. "São sociedades independentes, fundadas por advogados locais, com o apoio da equipa da MLGTS", explica Galvão Teles, adiantando que "procuramos também que esses escritórios partilhem os nossos valores, sobretudo serem escritórios essencialmente jurídicos e não terem ligações à política ou a interesses económi-

cos. Não fazemos lóbi". Quanto ao peso que estes escritórios poderão vir a ter nos resultados da **Morais Leitão**, "é uma questão que se coloca a médio e longo prazo, depende muito de se um dia seremos autorizados, ou não, a ter uma ligação mais efetiva com essas sociedades, sermos sócios, por exemplo. Neste momento são independentes, criadas com a nossa ajuda, o nosso ADN e que integram a nossa

#### A baixa de preços agressiva de alguns escritórios é um ato coletivo de suicídio

rede. Nós não exercemos advocacia em Angola, nem em Moçambique, partilhamos clientes e eles contam com a nossa ajuda", salienta Galvão Teles.

Em Macau tem uma parceria com uma sociedade local e no Brasil tem uma relação institucional permanente com o escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados, com o qual estabeleceram laços de aliança e cooperação e onde estão em permanência advogados da MLGTS.

Para Galvão Teles, Portugal "só tem a ganhar em se posicionar como uma verdadeira potência nos PALOP (países africanos de língua oficial portuguesa) no que toca a atrair investimento da Europa para lá e vice-versa". O advogado faz notar que "pela primeira vez percebemos, nos diversos fóruns internacionais onde estamos, que há uma clara importância dada a Portugal e à língua portuguesa" enquanto ponte de acesso à África. "A abertura da nossa economia com as privatizações a países como a China foi um contributo", refere. E acrescenta que "as firmas internacionais olham para nós como facilitadores de entrada nestes mercados, que são ainda de difícil acesso para sociedades inglesas, francesas, espanholas ou americanas".

Soares da Silva revela que a sociedade tem clientes em Macau que querem ir para o Brasil, Angola e Moçambique. "O facto de Portugal conhecer bem estes mercados dá-lhes segurança, porque no passado erraram e tiveram más experiências" nos mercados africanos.

ANA SOFIA SANTOS  
e ISABEL VICENTE  
assantos@expresso.impresa.pt



Soares da Silva (à direita) e Galvão Teles enfatizam a importância de Portugal como porta de entrada em África  
FOTO JORGE SIMÃO

#### JOÃO SOARES DA SILVA

"Estamos em Angola e Moçambique com uma postura de ajudar ao desenvolvimento da advocacia nestes países"

"A separação da política é fundamental para a credibilidade de um escritório a longo prazo"

"Somos parceiros dos clientes e o cliente reconhece isso. Ajustamos o preço em função da utilidade dos serviços prestados"

#### NUNO GALVÃO TELES

"O oportunismo de alguns escritórios deixou mal na fotografia a advocacia portuguesa nestes países [Angola e Moçambique]"

"A austeridade é necessária desde que não se transforme num dogma"

"Portugal deve estar aberto a investimentos de várias geografias, que em alguns casos vêm pela primeira vez para a Europa"



## MORAIS LEITÃO INTERNACIONALIZA-SE

Escritório de advogados faz questão de permanecer distante do poder político e de não depender do Estado. Administradores Nuno Galvão Teles (à direita) e João Soares da Silva são contra uma política agressiva de baixa de preços, que é "suicídio coletivo": o combate à crise faz-se "partilhando o risco com o cliente" e através da internacionalização, para Angola, Moçambique, Brasil e Macau E36





## ADVOGADOS NÃO DEVEM TER LIGAÇÃO AO PODER POLÍTICO

Administradores da sociedade Morais Leitão defendem que a advocacia deve estar distante do poder político e não fazer lóbi.

Alertam também para os riscos do *dumping* no sector **E36**